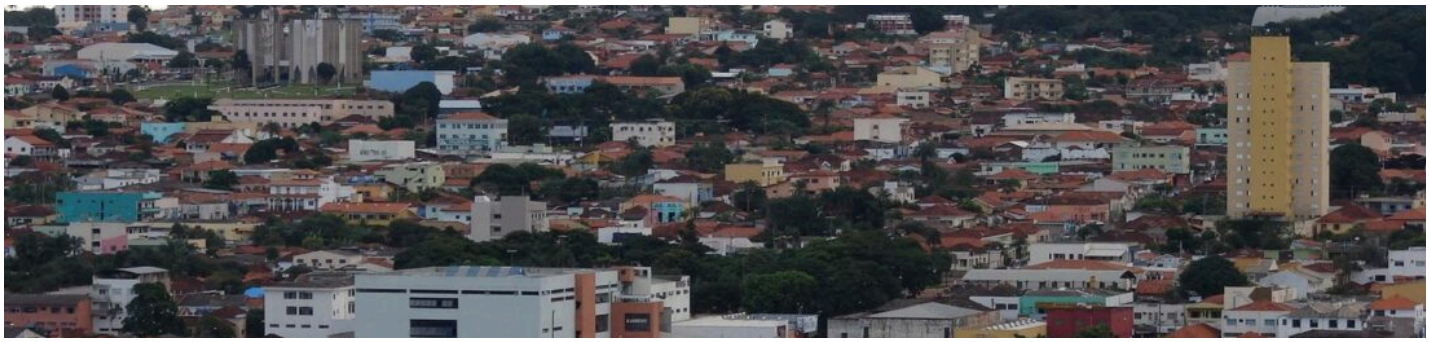
DIÁRIO DE JATAÍ

JATAÍ (GO) EDIÇÃO DIÁRIA · **SEXTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 2026** DIARIODEJATAI.COM.BR

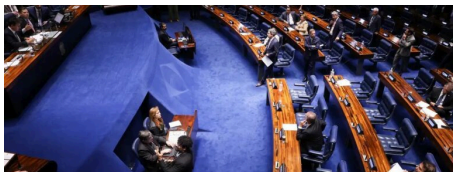
CIDADE

Incêndio atinge tapumes de obra no Conjunto Rio Claro III, em Jataí; bombeiros usam 2 mil litros de água para controlar as chamas



Vista de Jataí; a imagem não mostra o local do incêndio. Foto: Turcojti (CC BY-SA 3.0), via Wikimedia Commons

Um incêndio atingiu o cercamento de uma obra na noite de quinta-feira (12), na Alameda Caiapônia, no Conjunto Rio Claro III, em Jataí. O Corpo de Bombeiros controlou as chamas com cerca de 2 mil litros de água. De acordo...



Plenário do Senado durante a votação do projeto de ajuste fiscal, na quinta-feira (12). Foto: Lula Marques/Agência Brasil

POLÍTICA

Senado aprova o pacote de Lula por 45 a 31, e o dólar vai a R$ 5,65, maior valor em 17 meses; no mesmo dia, Congresso libera R$ 152 bilhões em gastos extras

O governo Lula conseguiu aprovar no Senado, na noite de quinta-feira (12),...



Área comercial de Iporá, no Oeste goiano, em 2023. Foto: Túllio F (CC BY-SA 4.0), via Wikimedia Commons

ESTADO

Câmara de Iporá cassa a prefeita Maysa Peres por 10 votos a 3, sob acusação de abandono do cargo; comissão diz ter tentado notificá-la 19 vezes

A Câmara Municipal de Iporá, no Oeste de Goiás, cassou na quinta-feira...



Carregamento de soja (foto de arquivo). Foto: Roosewelt Pinheiro/Agência Brasil (CC BY 3.0 BR), via Wikimedia Commons

AGRO

Fraude no comércio de grãos em Goiás já tem 24 réus, e MP apura a participação de mais de 200 produtores e empresas que venderam para firmas de fachada

A Justiça de Goiás recebeu na segunda-feira (9) a segunda denúncia da...

NESTA EDIÇÃO

Cidade	4	Judiciário	1	Variedades	1
Política	2	Saúde	1	Entreterimento	1
Estado	1	Meio Ambiente	1	Diversos	1
Agro	1	Esportes	1	Publicações legais do mês	4
Economia	1	Nacional	2		
Polícia	2	Internacional	1		

Incêndio atinge tapumes de obra no Conjunto Rio Claro III, em Jataí; bombeiros usam 2 mil litros de água para controlar as chamas



Vista de Jataí; a imagem não mostra o local do incêndio. Foto: Turcojti (CC BY-SA 3.0), via Wikimedia Commons

Um incêndio atingiu o cercamento de uma obra na noite de quinta-feira (12), na Alameda Caiapônia, no Conjunto Rio Claro III, em Jataí. O Corpo de Bombeiros controlou as chamas com cerca de 2 mil litros de água.

De acordo com as informações divulgadas pela corporação, o fogo queimou o material usado para fechar o terreno da construção, entre madeira e tapumes metálicos, e danificou parte do fechamento. Depois de apagar as chamas, a equipe fez o rescaldo, etapa em que os militares procuram e eliminam focos que possam reacender.

O registro dos bombeiros não aponta a causa do incêndio. Também não foram informados o horário do chamado, o tamanho do prejuízo nem se houve feridos.

Em caso de fogo em obra, terreno ou imóvel, a orientação é manter distância, não tentar entrar em estrutura atingida e ligar para o 193.

Com informações de: Portal PaNoRaMa (PN7)

Publicado às 12h19 · diariodejatai.com.br/?p=20838

Telhado de escola em urgência, lâmpadas queimadas e pedidos de 2025 repetidos: em dois dias, Câmara de Jataí aprova 31 requerimentos dirigidos à Prefeitura

Em duas sessões, na terça (10) e na quarta-feira (11), a Câmara Municipal de Jataí aprovou 33 requerimentos, 31 deles dirigidos à Prefeitura. A lista funciona como um retrato do que os vereadores ouvem nos bairros e na zona rural: telhado de escola que precisa de reparo urgente, um residencial inteiro com lâmpadas queimadas, estrada e acesso de ponte por recuperar, obra de hospital sem informação e dois pedidos sobre a Guarda Civil que já tinham sido feitos em 2025 e voltaram à pauta.

Os dados estão nos resumos das sessões de 10 de novembro e de 11 de novembro, publicados pela própria Câmara. Todos os requerimentos foram aprovados. Os outros dois têm como destino a Equatorial Goiás e a Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg).

ESCOLA, SAÚDE E ILUMINAÇÃO

- **Telhado de escola:** o vereador Adilson de Carvalho pediu, “em caráter de urgência”, o reparo do telhado da Escola Municipal Rio Paraíso III (Requerimento 485/2026). Ele também solicitou climatização no saguão da UBS James Phillip Mineli (483/2026).
- **Lâmpadas queimadas:** Guilherme Alves requereu um mutirão para trocar lâmpadas e fazer a manutenção da iluminação pública “em todas as alamedas e vias” do Residencial dos Ipês (478/2026), além de mutirão de limpeza (457/2026) e de aceiro contra queimadas no entorno do bairro (456/2026).
- **Obra da ala oncológica:** o mesmo vereador pediu informações sobre o andamento das obras da Ala Oncológica do Hospital Padre Tiago em 2025 e 2026 (459/2026) e sobre a regularização do Residencial Imperial e as condições para emissão de alvarás de construção (458/2026).
- **Autismo:** Carlone Assis cobrou a “imediata implementação e fiscalização” da Lei Federal nº 14.626, de 2023, que garante atendimento prioritário a pessoas com transtorno do espectro autista (476/2026).
- **Fisioterapia na Estância:** Luciano Lima requereu “providências urgentes” para oferecer atendimento fisioterapêutico semanal a idosos e pessoas com deficiência do povoado (451/2026).

GUARDA CIVIL: PEDIDOS DE 2025 DE VOLTA

Dois requerimentos de Durval Júnior da Sucesso são, pelo próprio texto, reedições. O 475/2026 repete o Requerimento 5/2025, que pede à Prefeitura a apresentação do plano de trabalho anual da Guarda Civil Municipal até o último mês de cada ano. O 477/2026 repete o 6/2025, que pede a reformulação do plano de carreira da corporação. O resumo da Câmara não informa se os pedidos do ano passado tiveram resposta do Executivo.

EMENDAS IMPOSITIVAS

O presidente da Câmara, Marcos Patrick, pediu que a Prefeitura estude a criação de uma superintendência só para gerir as emendas impositivas, com equipe técnica própria, “com vistas a assegurar a execução das emendas dentro dos prazos legais” (447/2026), e de uma plataforma digital para acelerar a conferência dos documentos (448/2026). Emendas impositivas são a parte do orçamento que os vereadores destinam a entidades e obras e que o Executivo é obrigado a executar.

ZONA RURAL E BAIRROS

Na zona rural, Lazinho do Asfalto requereu a recuperação das estradas vicinais do Assentamento Gurita (468/2026) e do aterro de acesso à ponte sobre o Córrego Felicidade, na estrada municipal JTI-301 (469/2026). Na Tribuna do Povo de quarta-feira, o representante da Associação do Assentamento Guadalupe, Fabrício Calero do Prado, relatou as dificuldades de acesso enfrentadas pela comunidade.

Três requerimentos de Luciano Lima pedem que os povoados de Naveslândia e Estância e o Assentamento Projeto Paraíso entrem com prioridade no programa de troca das luminárias por LED, cujo contrato, de R$ 8,8 milhões, o Diário de Jataí detalhou em 6 de novembro. Outros dois, de Kátia Carvalho e Marcos Patrick, pedem que a decoração de Natal chegue a praças de bairros afastados do Centro. A lista inclui ainda redutores de velocidade em frente a escola e em avenida, rota alternativa para os caminhões do frigorífico na Vila Palmeiras, asfalto entre o Colmeia Park e o Filostro Machado, brinquedos novos na praça do Conjunto Estrela Dalva e água encanada nos quiosques do Lago Bom Sucesso.

O QUE UM REQUERIMENTO PODE E O QUE NÃO PODE

Requerimento aprovado não obriga a Prefeitura a executar o serviço. É um pedido formal do Legislativo, e boa parte deles solicita apenas “estudo de viabilidade”. O que a lei exige do Executivo é resposta aos pedidos de informação. Os resumos das sessões não registram manifestação da

Prefeitura sobre nenhum dos itens, nem prazo para atendimento.

O volume de pedidos aparece na mesma semana em que o Tribunal de Contas dos Municípios divulgou o ranking de transparência em que a Prefeitura de Jataí ficou em 227º lugar entre 246, como o jornal mostrou na quinta-feira (12).

O Diário de Jataí mantém espaço aberto para a manifestação da Prefeitura sobre os pedidos e sobre os prazos para atendê-los.

Fonte: Câmara Municipal de Jataí

Publicado às 12h19 · diariodejatai.com.br/?p=20832

Saúde de Jataí autoriza exame de R$ 90 como emergência, não faz em 140 dias e família paga do bolso; multa de R$ 7,1 mil a fornecedora de respirador vira advertência

A Secretaria Municipal de Saúde de Jataí cancelou uma contratação emergencial de R$ 90 porque o exame nunca chegou a ser feito pelo SUS: depois de 140 dias de espera, a família da paciente pagou do próprio bolso na rede particular. A revogação saiu no Diário Oficial de quinta-feira (12), na mesma edição em que a pasta trocou por advertência uma multa de R$ 7,1 mil aplicada a uma fornecedora que não entregou um respirador, e em que contratou sem licitação, por R$ 107,5 mil, os projetos de reforma de três unidades básicas e da UPA.

EMERGÊNCIA QUE DUROU 140 DIAS

O caso do exame começa em 23 de junho. Naquele dia, a edição 3187 do Diário Oficial publicou a Dispensa Emergencial FMS nº 066/2026 (páginas 18 e 19), que autorizava o Laboratório Metra Análises Clínicas a fazer três exames de sangue para investigação de alergia em uma paciente menor de idade, pedidos por uma médica especialista. O valor total era de R$ 90,00. O ato dizia que não havia "no momento prestador para o exame" na rede do Município e enquadrava a compra no artigo da Lei de Licitações reservado a situações de urgência.

Na edição 3284, página 11, o secretário Élio Caetano de Assis revoga a dispensa, em decisão de 10 de novembro. O motivo está no artigo 1º: o paciente fez "os exames na rede particular, alegando demora na liberação dos exames pelo SUS". Entre a publicação da autorização e a revogação passaram 140 dias. O documento não explica por que um procedimento de R$ 90, tratado como emergência, não foi realizado nesse período, nem se a família será ressarcida.

MULTA DE R$ 7,1 MIL VIRA ADVERTÊNCIA

Nas páginas 16 a 18, a Secretaria volta atrás em uma punição. Em setembro, a pasta havia multado a Ipanema Brasil Atacado e Importação Ltda. em R$ 7.148,85, o equivalente a 15% de R$ 47.659,00 em pedidos não atendidos de uma ata de registro de preços de equipamentos hospitalares (Ata nº 005/2025). A maior parte do valor, R$ 46.790,00, era de um BiPAP, aparelho de ventilação não invasiva; o restante, de cabos e lâmina de laringoscópio. A decisão de setembro, publicada na edição 3245, falava em "total descumprimento das obrigações", citava a "essencialidade dos equipamentos" e aplicava o percentual máximo.

Agora, ao julgar o recurso, o secretário acolheu parte da defesa. A empresa apresentou nota fiscal de 2 de outubro que comprova a entrega dos cabos de laringoscópio e lembrou que havia pedido o cancelamento do BiPAP ainda em dezembro de 2025. A nova decisão reconhece "a boa-fé e a postura colaborativa" da fornecedora, afasta a multa e aplica apenas advertência. O texto não informa se o respirador foi entregue nem se o Município comprou o aparelho de outro fornecedor.

PROJETOS DE R$ 107,5 MIL SEM LICITAÇÃO

A terceira decisão está nas páginas 8 a 10 e 40. Pela Dispensa FMS nº 137/2026, o Fundo Municipal de Saúde contratou a empresa Emannuelle Divina Fernandes Godoi Moreira, microempresa de serviços de engenharia com sede em Anápolis, aberta em 2017, segundo o cadastro da Receita Federal. Por R$ 107.580,00, ela fará o levantamento arquitetônico e os projetos, em tecnologia BIM, das futuras reformas e ampliações das UBSs Conjunto Rio Claro, Avenida Goiás e Vila Sofia e da UPA 24h. O Contrato FMS nº 980/2026 foi assinado em 9 de novembro e vale até 8 de novembro de 2027.

O valor fica abaixo do teto de R$ 130.984,20 que a lei fixa para dispensar licitação em serviços de engenharia, e o ato informa que as obras têm dinheiro reservado por emendas impositivas. A justificativa é que as três UBSs são prédios antigos, sem plantas atualizadas, e que a UPA funciona 24 horas, o que exige planejar a obra sem interromper o atendimento.

O mesmo ato, porém, traz uma admissão: a contratação não consta do Plano de Contratações Anual "uma vez que o Município não elaborou o referido instrumento no prazo regulamentar". O plano é o documento em que a administração lista, com um ano de antecedência, o que pretende comprar. O texto publicado tampouco relaciona propostas de outras empresas; diz apenas que a contratada apresentou as certidões exigidas.

O QUE A PREFEITURA PRECISA EXPLICAR

Cabe à Secretaria de Saúde dizer por que o exame não foi feito em quase cinco meses e se há outros pacientes na mesma fila; se o BiPAP chegou às unidades de urgência; quantas empresas foram consultadas para os projetos; e por que o Município não tem Plano de Contratações Anual. O espaço está aberto para manifestação da Prefeitura de Jataí e das empresas citadas.

Fonte: Diário Oficial Eletrônico de Jataí, edição 3284 (edições anteriores: 3187 e 3245)

Publicado às 08h28 · diariodejatai.com.br/?p=20774

Nova licitação do Tatuzão é contestada: empresa diz que elevador orçado em R$ 60,6 mil custa até R$ 200 mil; Prefeitura de Jataí mantém o preço e abre as propostas no dia 24

A segunda tentativa da Prefeitura de Jataí de contratar a reforma do Ginásio de Esportes Juscelino Kubitschek, o Tatuzão, já tem um questionamento antes mesmo da abertura das propostas. Uma empresa interessada pediu a correção do orçamento da obra por entender que o elevador previsto no projeto, estimado pelo Município em R$ 60.643,72, custa no mercado entre R$ 160 mil e R$ 200 mil. A Prefeitura rejeitou o pedido, manteve o preço e confirmou a sessão da licitação para 24 de novembro.

A decisão está nas páginas 18 a 21 da edição 3284 do Diário Oficial Eletrônico do Município, publicada na quinta-feira (12). Ela trata da Concorrência Eletrônica nº 032/2026, aberta pela Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano para a "reforma geral" do ginásio, com recuperação e modernização das instalações e reconstrução do pavimento térreo. No Portal Nacional de Contratações Públicas, a

obra aparece com valor estimado de R$ 3.603.785,10 e recebimento de propostas até as 8h do dia 24.

O QUE A EMPRESA QUESTIONOU

A impugnação foi apresentada pela Carneiro Soluções Comerciais e Serviços Gerais Ltda. e mira um único item da planilha, o de número 26.2: um elevador social para seis pessoas, com capacidade de 420 quilos. Segundo a empresa, o valor de referência de R$ 51.920,90 é incompatível com o mercado, onde um equipamento com essas características custaria de três a quatro vezes mais. Ela pediu a revisão do preço e, se a mudança afetasse as propostas, a republicação do edital com novo prazo.

O argumento tem uma consequência prática. Em licitação de obra, quem vence assume a planilha inteira. Se um item estiver orçado muito abaixo do custo real, a construtora precisa cobrir a diferença com a margem dos demais serviços, desistir de concorrer ou, mais adiante, pedir aditivo.

O QUE A PREFEITURA RESPONDEU

A Superintendência de Engenharia da Secretaria de Obras defendeu o orçamento. Informou que o preço veio de uma tabela de referência de custos da construção, a composição SBC 080124, com data-base de julho de 2026, e que sobre os R$ 51.920,90 incide um BDI (a parcela de despesas indiretas e lucro) de 16,80%, o que leva o item a R$ 60.643,72. Explicou ainda que a expressão “até 10 pavimentos”, que consta da descrição da tabela, indica só a faixa de aplicação do item: o elevador do ginásio serve à acessibilidade e deve seguir o projeto do prédio.

O agente de contratação Gabriel Oliveira Leite julgou a impugnação improcedente, em decisão ratificada pelo superintendente de Licitações e Contratos, Antonio Manetta Neto, e pelo gestor e ordenador de despesas, João Geraldo de Souza Braga. O principal motivo: a empresa não anexou cotações, notas fiscais nem propostas de fabricantes que comprovassem a faixa de preço alegada, e não demonstrou que os equipamentos pesquisados eram iguais ao previsto para o Tatuzão. O texto acrescenta que a análise sobre preço inexequível é feita no julgamento das propostas, e não na fase do edital.

A decisão registra que a própria unidade técnica encontrou “referências de outras soluções de acessibilidade vertical, com valores distintos”, mas não informa quais nem quanto custam. Também não foi publicada a especificação completa do elevador, como o número de paradas.

PRIMEIRA LICITAÇÃO FRACASSOU

É a segunda vez em dois meses que a reforma vai a disputa. A primeira, a Concorrência Eletrônica nº 028/2026, com o mesmo valor estimado, terminou sem vencedor em outubro: das cinco empresas, três foram desclassificadas por não enviar a proposta no prazo e duas acabaram inabilitadas, como o Diário de Jataí mostrou em 23 de outubro. O orçamento da nova licitação é idêntico ao da anterior.

CALHAS E RUFOS: RECURSO NEGADO

A mesma edição traz o resultado de outro recurso. No Pregão Eletrônico nº 132/2026, para registro de preços de confecção e instalação de calhas e rufos em prédios públicos, a TRJ Engenharia e Instalações contestou a vitória da Unifer Metalúrgica e Serralheria, que ofereceu R$ 348.900,00 para um serviço estimado em R$ 448.602,00. A recorrente questionou a exequibilidade dos preços, o atestado técnico e os balanços da concorrente. A Prefeitura manteve o resultado na quarta-feira (11), mas reconheceu, na decisão, que “os registros da sessão foram sucintos” e completou a fundamentação no julgamento do recurso (páginas 11 a 16).

O QUE FALTA ESCLARECER

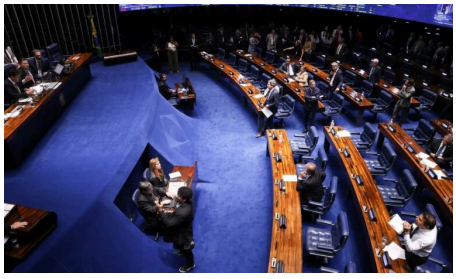
A Prefeitura ainda não divulgou a especificação detalhada do elevador nem as outras referências de preço que diz ter localizado. Também não explicou o que mudou no edital para evitar que a segunda licitação tenha o mesmo destino da primeira. O espaço está aberto para manifestação da Prefeitura de Jataí e das empresas citadas.

Fonte: Diário Oficial Eletrônico de Jataí, edição 3284 e Portal Nacional de Contratações Públicas

Publicado às 08h28 · diariodejatai.com.br/?p=20771

POLÍTICA

Senado aprova o pacote de Lula por 45 a 31, e o dólar vai a R$ 5,65, maior valor em 17 meses; no mesmo dia, Congresso libera R$ 152 bilhões em gastos extras



Plenário do Senado durante a votação do projeto de ajuste fiscal, na quinta-feira (12). Foto: Lula Marques/Agência Brasil

O governo Lula conseguiu aprovar no Senado, na noite de quinta-feira (12), o texto-base do pacote com que promete arrumar as contas de 2027, mas o dia terminou com sinais de que a promessa não convenceu. O dólar subiu 1,58% e fechou a R$ 5,65, o maior valor desde junho de 2025. A inflação em 12 meses ficou acima do teto da meta pelo segundo mês seguido. E, horas antes de votar o ajuste, o Congresso autorizou R$ 152,4 bilhões em créditos adicionais ao Orçamento deste ano.

PLACAR APERTADO E URGÊNCIA POR DOIS VOTOS

O Projeto de Lei Complementar nº 299/2026 passou por 45 votos a 31, depois de quase quatro horas de sessão, segundo a Agência Brasil. O requerimento de urgência, que levou o texto direto ao plenário sem passar por comissões, foi aprovado por 40 a 38. Os destaques, que podem mudar pontos do projeto, devem ser votados na terça-feira (17); depois, a proposta vai para a Câmara.

O líder da oposição, senador Rogério Marinho (PL-RN), criticou a pressa e classificou a proposta como uma forma de aumento de impostos. O principal dispositivo de arrecadação é o corte linear de 10% nos benefícios tributários, que se soma ao aprovado no fim de 2025 e pode reduzir os incentivos em até 20% em relação aos valores originais. O relator, Eduardo Braga (MDB-AM), defendeu o texto e disse ter incorporado cerca de 50 emendas.

O QUE O PACOTE FAZ E O QUE DEIXA DE FORA

- limita a 2% acima da inflação, em vez de 2,5%, o crescimento das despesas nos anos em que os gatilhos de contenção forem acionados;
- retira até 2030 as receitas extraordinárias de exportação de petróleo do cálculo do piso federal da saúde;
- dá 120 dias para o Congresso regulamentar os pagamentos acima do

teto do funcionalismo, hoje de R$ 46,3 mil;

- autoriza o governo a tirar da meta fiscal de 2026 até R$ 10,5 bilhões gastos com subsídio ao diesel.

A economia prometida é de R$ 50 bilhões a R$ 60 bilhões em 2027, segundo o ministro do Planejamento, Bruno Moretti. A própria Agência Brasil, veículo oficial, registra o limite da proposta: ela "não promove mudanças estruturais" nas despesas obrigatórias, como a Previdência, e a exceção do diesel não elimina o gasto, só o retira da conta que mede se a meta foi cumprida. A dívida pública está em R$ 11,1 trilhões, cerca de 83% do PIB.

R$ 152 BILHÕES A MAIS NO MESMO DIA

Na sessão do Congresso realizada pouco antes, deputados e senadores aprovaram 24 projetos de crédito suplementar ou adicional, no total de R$ 152,4 bilhões. O maior, de R$ 149,4 bilhões, reforça a Previdência e o Ministério do Desenvolvimento Social, para pagar benefícios como o Bolsa Família e o BPC. Parlamentares do Novo chamaram os valores de "absurdos" e reclamaram da votação em bloco. "Não faz sentido antecipar um gasto para este ano", disse o líder do partido, Gilson Marques (SC), sobre os R$ 290 milhões destinados à Eletronuclear para a usina de Angra 3.

O governo respondeu que o Orçamento "não é estático" e que os créditos mantêm os programas sociais. O vice-líder na Câmara, Rogério Corrêa (PT-MG), afirmou que a vitória eleitoral de Lula permitiu ampliar esses programas "ao invés de um tesouraço". O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), disse que a obra parada de Angra 3 custa R$ 1 bilhão por ano.

MERCADO E GOVERNADORES REAGEM

A cotação de R$ 5,6507 foi atribuída pela Agência Brasil à "insatisfação dos investidores com o pacote fiscal", somada à alta do dólar no exterior. A moeda já havia batido R$ 5,58 no início da semana. O IPCA de outubro, de 0,14%, levou o acumulado em 12 meses a 4,63%, acima do limite de 4,5%; se o estouro durar seis meses, a meta é considerada descumprida.

O pacote também abriu uma frente com governadores. Segundo o portal Pauta Diária, uma mudança proposta pelo senador Jaques Wagner (PT-BA) nos repasses do Fundo Constitucional do Distrito Federal pode tirar até R$ 2 bilhões da capital. A governadora Celina Leão (PP) reagiu, e os senadores Damares Alves (Republicanos-DF) e Izalci Lucas (PL-DF) apresentaram emendas para barrar a perda.

Fonte: Agência Brasil (créditos suplementares, dólar e inflação) e Pauta Diária

Publicado às 08h28 · diariodejatai.com.br/?p=20780

Alcolumbre se recusa a instalar a CPMI do Banco Master mesmo com as assinaturas e diz que a decisão é só dele; Novo recorre, e vice-líder de Lula quer comissão só em 2027

O presidente do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre (União-AP), voltou a barrar na quinta-feira (12) a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Banco Master, apesar de o requerimento já ter o número de assinaturas exigido. Ele afirmou que cabe a ele decidir se e quando a comissão será aberta. A oposição recorreu. Do lado do governo, o vice-líder na Câmara, Rogério Corrêa (PT-MG), defendeu que a investigação fique para a próxima legislatura, que começa em fevereiro.

O embate ocorreu na sessão conjunta de deputados e senadores, segundo a Agência Brasil. Uma questão de ordem sustentou que, alcançadas as assinaturas, a leitura do requerimento e a criação da comissão passam a ser obrigação do presidente do Congresso, e não uma escolha. A Mesa Diretora rejeitou esse entendimento. Alcolumbre argumentou ainda que o caso já é apurado pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal e pelo Supremo Tribunal Federal.

"ESPERO QUE LEIA HOJE"

A cobrança partiu do partido Novo, que pediu a leitura do requerimento de autoria do deputado Carlos Jordy (PL-RJ). "Espero, senhor presidente, que vossa excelência leia hoje o requerimento de instalação", disse o líder da legenda, Marcel van Hattem (Novo-RS). Com a negativa, ele recorreu da decisão. Alcolumbre respondeu que enviará o recurso à Comissão de Constituição e Justiça "no momento oportuno", sem fixar data.

O tema divide juristas e parlamentares há anos. A Constituição diz que as comissões de inquérito são criadas por requerimento de um terço dos membros de cada Casa, para apurar fato determinado e por prazo certo. Em 2021, no caso da CPI da Covid, o Supremo mandou o Senado instalar a comissão justamente por entender que, cumpridos esses requisitos, o presidente da Casa não pode segurar o pedido. A oposição usa esse precedente; a Mesa do Congresso entende que, na comissão mista, a leitura em sessão conjunta depende da pauta definida pelo presidente.

GOVERNO EMPURRA PARA 2027 E MUDA O ALVO

Rogério Corrêa, vice-líder do governo Lula na Câmara, disse que pedirá uma CPMI sobre o Master na próxima legislatura e indicou o foco que pretende dar a ela: o dinheiro do filme "Dark Horse", sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro, que teria recebido mais de R$ 60 milhões do banqueiro Daniel Vorcaro. Segundo o deputado, a comissão serviria "para fazer uma investigação séria para que aqueles que fugiram do Brasil possam voltar para cá e ir para a prisão".

Para a oposição, adiar a comissão significa deixar o Congresso fora de uma apuração que alcança os três Poderes. O Master é investigado por fraude bilionária no sistema financeiro, com prejuízo estimado pela PF em R$ 2,7 bilhões só ao Banco de Brasília (BRB). Relatórios da Polícia Federal reuniram contatos de Vorcaro com ministros do Supremo, como o Diário de Jataí noticiou na terça-feira (10), e os delegados apontados como autores perderam a chefia, o que levou o Ministério da Justiça a cobrar explicações da PF. A PF afirma que os relatórios não estavam concluídos.

O QUE ACONTECE AGORA

Sem a leitura do requerimento, a CPMI não existe formalmente. Como a legislatura termina em 31 de janeiro, os pedidos de comissão que não forem instalados até lá são, em regra, arquivados, e as assinaturas teriam de ser colhidas de novo entre os parlamentares eleitos em outubro. O recurso do Novo não tem prazo para ser analisado.

Fonte: Agência Brasil

Publicado às 08h28 · diariodejatai.com.br/?p=20778

ESTADO

Câmara de Iporá cassa a prefeita Maysa Peres por 10 votos a 3, sob acusação de abandono do cargo; comissão diz ter tentado notificá-la 19 vezes



Área comercial de Iporá, no Oeste goiano, em 2023. Foto: Túllio F (CC BY-SA 4.0), via Wikimedia Commons

A Câmara Municipal de Iporá, no Oeste de Goiás, cassou na quinta-feira (12) o mandato da prefeita Maysa Peres Cunha Peixoto (Avante). Foram dez votos a favor e três contra, ao fim de uma sessão de quase oito horas que julgou um processo político-administrativo por abandono do cargo e faltas sucessivas.

Segundo o Jornal Opção, a sessão começou às 9h e terminou às 16h53, com a leitura das manifestações da acusação e da defesa e dos depoimentos colhidos durante a investigação. O processo nasceu de uma denúncia registrada sob o número 02/2026, apresentada por um cidadão, que apontou infrações previstas no artigo 4º do Decreto-Lei nº 201, de 1967, a norma que define as condutas pelas quais prefeitos podem perder o mandato por decisão dos vereadores.

DEZENOVE TENTATIVAS DE NOTIFICAÇÃO

A Comissão Processante, presidida pela vereadora Viviane Specian, com Ricardo Vital como relator e Cássio Lara como membro, informou ter feito 19 tentativas de notificar a prefeita pessoalmente, todas sem sucesso. Diante disso, publicou um edital de citação para abrir o prazo de defesa. Secretários municipais também foram chamados a prestar esclarecimentos e, de acordo com o que foi dito na sessão, não responderam.

O jornal informou ter procurado a assessoria de Maysa Peres para comentar as acusações e não ter recebido resposta. A defesa da gestão vinha sustentando que ela assumiu a Prefeitura com as finanças já comprometidas.

CALAMIDADE FINANCEIRA E AÇÃO DO MP

A cassação ocorre em meio a uma crise nas contas do município. Em junho, Iporá decretou calamidade por causa das dívidas acumuladas. Em 10 de agosto, o Ministério Público de Goiás ajuizou ação de improbidade administrativa contra a prefeita por atrasos repetidos no repasse ao Ipasgo Saúde de contribuições descontadas do salário dos servidores. Segundo a Promotoria, a dívida com o plano chegou a R$ 1,34 milhão, e os encargos pelo atraso causaram prejuízo de pelo menos R$ 145,9 mil. A ação ainda não foi julgada.

O QUE VEM AGORA

Pela regra do Decreto-Lei nº 201, a perda do mandato depende do voto de pelo menos dois terços dos vereadores e, em regra, tem efeito imediato, com a expedição do decreto de cassação pela Câmara e a convocação do vice-prefeito. A prefeita cassada pode recorrer à Justiça para tentar anular o processo, caminho comum nesses casos, sobretudo quando a defesa questiona a forma como foi notificada. Até a publicação da reportagem que serviu de base a este texto, não havia informação sobre recurso.

Com informações de: Jornal Opção

Publicado às 08h28 · diariodejatai.com.br/?p=20776

AGRO

Fraude no comércio de grãos em Goiás já tem 24 réus, e MP apura a participação de mais de 200 produtores e empresas que venderam para firmas de fachada



Carregamento de soja (foto de arquivo). Foto: Roosewelt Pinheiro/Agência Brasil (CC BY 3.0 BR), via Wikimedia Commons

A Justiça de Goiás recebeu na segunda-feira (9) a segunda denúncia da Operação Safra Oculta, que investiga a venda de grãos por meio de empresas de fachada para não recolher ICMS. Com os 11 novos acusados, sobe para 24 o número de réus. E a apuração não parou nos operadores: o Ministério Público de Goiás (MPGO) informou que continua investigando a possível participação de mais de 200 produtores rurais e empresas que negociaram com as duas firmas usadas no esquema.

As informações são do Jornal Opção. A denúncia foi recebida pela juíza Placidina Pires, da 1ª Vara especializada em crimes praticados por organizações criminosas, que também retirou o segredo de Justiça do processo. Os 11 denunciados respondem por organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidade em documentos e por deixar de repassar ao Estado imposto devido. Receber a denúncia não é condenar: a partir de agora eles passam a se defender em ação penal.

COMO FUNCIONAVA, SEGUNDO O MP

De acordo com a Promotoria, o grupo usava uma empresa sem capacidade financeira para vender grãos sem pagar antecipadamente o ICMS. Entre abril de 2024 e janeiro de 2025, o cadastro da firma teria sido alterado para simular um negócio de grande porte: aumento fictício do capital social, inclusão de uma atividade industrial que não existia e abertura de filiais falsas em Osasco (SP) e Luís Eduardo Magalhães (BA).

A denúncia distribui os papéis. Dois investigados, que atuavam como advogados e corretores de grãos, são apontados como idealizadores. Um empresário teria localizado a firma usada na fraude; contadores cuidariam dos registros e da emissão de notas; uma pessoa teria recebido dinheiro para figurar como dona. Corretores faziam a ponte com os produtores e forneciam os dados para as notas fiscais. O prejuízo estimado nessa parte do caso é de pelo menos R$ 23,5 milhões.

A primeira denúncia, recebida em 5 de novembro contra outras 13 pessoas, trata de uma segunda empresa de fachada, que teria movimentado R$ 233 milhões entre 2022 e 2024 e deixado de recolher R$ 21,2 milhões em ICMS, em valores da época.

FISCO TERÁ DE DIZER O QUE FEZ

A juíza deu 15 dias para a Secretaria de Estado da Economia informar que medidas tomou para tentar recuperar o dinheiro. Comunicou também a OAB, para que o conselho de ética avalie a conduta dos dois advogados citados. Três investigados que chegaram a ser presos preventivamente respondem em liberdade, com medidas cautelares. A reportagem do Jornal Opção não traz manifestação das defesas, e os nomes dos acusados não foram divulgados.

O QUE ISSO SIGNIFICA PARA QUEM VENDE GRÃOS

O trecho que mais interessa ao produtor do Sudoeste goiano é o último: segundo o Jornal Opção, o MP busca identificar eventuais crimes de sonegação de impostos e de lavagem de dinheiro entre quem negociou com as duas empresas. Ter vendido para elas não significa ter participado da fraude, mas pode levar o produtor a ser chamado para explicar a operação e, na esfera fiscal, a responder pelo imposto que não foi recolhido.

Em plena comercialização antecipada da safra 2026/27, vale redobrar cuidados que já são regra:

- consultar a situação cadastral do comprador na Secretaria da Economia e na Receita Federal antes de fechar negócio, e desconfiar de empresa recém-alterada, com capital alto e sem estrutura física conhecida;
- conferir se a nota fiscal foi emitida em nome de quem de fato comprou e pagou;
- receber apenas de conta bancária do próprio comprador e guardar contrato, romaneios, tíquetes de balança e comprovantes;
- estranhar preço acima do mercado oferecido por intermediário que dispensa formalidades.

Com informações de: Jornal Opção

Publicado às 08h28 · diariodejatai.com.br/?p=20794

ECONOMIA

Inflação de Goiânia fica em 0,02% em outubro com etanol 10% mais barato, mas comida sobe 1,64%; em 12 meses, alta é de 5,10%, acima da média do país



Bomba de etanol e gasolina em posto de São Paulo, em 2011 (imagem ilustrativa). Foto: Mariordo/Mario Roberto Duran Ortiz (CC BY-SA 3.0), via Wikimedia Commons

Os preços praticamente pararam de subir em Goiânia em outubro: o IPCA da capital ficou em 0,02%, depois de 1,07% em setembro, mostram os dados divulgados pelo IBGE na quinta-feira (12). O resultado, abaixo do índice nacional de 0,14%, tem uma explicação concentrada, a queda dos combustíveis, e esconde o que mais pesa no dia a dia: a alimentação subiu 1,64% no mês, bem mais que a média do país. Em 12 meses, a inflação goianiense soma 5,10%, contra 4,63% no Brasil.

O QUE CAIU

O grupo transportes recuou 2,00% em Goiânia, mais que o triplo da queda nacional (0,59%). O etanol ficou 10,16% mais barato, a gasolina caiu 4,04% e as passagens aéreas, 9,41%. No acumulado do ano, o etanol já está 18,81% abaixo do preço de dezembro, enquanto a gasolina sobe 0,70%. Com isso, os transportes acumulam alta de apenas 1,27% em 12 meses na capital.

O QUE SUBIU

Na outra ponta, a comida. Alimentação e bebidas avançaram 1,64% em Goiânia, contra 1,04% no país. Os campeões de alta foram a cebola (18,89%) e o tomate (15,35%), seguidos de mamão (8,27%), limão (5,45%) e alface (4,98%). As carnes também pesaram: alcatra (4,94%), patinho (4,77%) e frango em pedaços (4,67%).

No ano, os números de dois itens básicos impressionam: a cebola mais que dobrou de preço (105,55%) e o tomate subiu 89,09%. O arroz acumula 14,68% e as carnes, 11,21%. O grupo alimentação já tem alta de 7,25% de janeiro a outubro em Goiânia, acima dos 5,46% do Brasil. O IBGE atribui a pressão sobre os alimentos, no país, a problemas climáticos nas regiões produtoras.

Indicador (outubro de 2026)	Goiânia	Brasil
IPCA do mês	0,02%	0,14%
Acumulado no ano	4,40%	4,10%
Acumulado em 12 meses	5,10%	4,63%
Alimentação e bebidas (mês)	1,64%	1,04%
Transportes (mês)	-2,00%	-0,59%
Habitação (mês)	0,49%	-0,51%

DOZE MESES AINDA ACIMA DA META

A taxa de 12 meses de Goiânia caiu de 6,08% em setembro para 5,10% em outubro, mas segue acima do teto da meta de inflação do país, de 4,5%. Os grupos que mais sobem na capital nesse período são despesas pessoais (8,18%), alimentação (7,81%) e educação (6,73%). No Brasil, o índice de 12 meses está acima do teto pelo segundo mês seguido; para fechar 2026 dentro do limite, o IPCA nacional teria de somar no máximo 0,39% em novembro e dezembro, segundo o IBGE.

Goiânia é a única cidade de Goiás pesquisada no IPCA, e seus números são a referência oficial de custo de vida para o estado. Para o interior, o recado dos dados é que o alívio veio da bomba de combustível, e não do supermercado. A taxa básica de juros está em 13,75% ao ano, e a próxima reunião do Banco Central para decidir a Selic será em 8 e 9 de dezembro.

Fonte: IBGE (Sidra, tabela 7060) e Agência Brasil

Publicado às 08h28 · diariodejatai.com.br/?p=20792

POLÍCIA

PRF apreende 52 quilos de cocaína escondidos entre caixas de hortaliças em caminhão na BR-364, em Jataí; motorista de 27 anos é preso em flagrante



Tabletes estavam entre caixas usadas no transporte de frutas e hortaliças. Foto: PRF/Divulgação

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) apreendeu cerca de 52 quilos de cocaína na tarde de quinta-feira (12), na BR-364, em Jataí. A droga estava dividida em 49 tabletes, escondidos entre caixas usadas no transporte de frutas e hortaliças em um caminhão. O motorista, de 27 anos, foi preso em flagrante por tráfico de drogas.

Segundo a PRF, o caminhão foi parado no km 201 da rodovia depois que uma análise de risco apontou suspeita sobre o veículo. Na abordagem, os policiais notaram contradições no que o motorista contava sobre a viagem e a carga.

Ele disse que aquele era seu primeiro serviço como caminhoneiro, que não conhecia o dono do caminhão e que não tinha acompanhado o carregamento. Afirmou também que seguia para Goiânia, onde buscaria uma carga de hortaliças, mas não soube informar o endereço nem o nome do estabelecimento.

As respostas levaram os agentes a vistoriar o compartimento de carga, onde estavam os tabletes de substância com características de cloridrato de cocaína. O homem alegou que não sabia da droga.

O motorista e o material apreendido foram levados para a Delegacia Regional da Polícia Civil em Jataí, que dá sequência à investigação. A PRF não divulgou o nome do preso nem a origem da carga.

A BR-364 liga Mato Grosso ao Sudeste e é uma das principais rotas de escoamento da produção do Sudoeste goiano, o que também a coloca no mapa das apreensões de drogas no estado.

Com informações de: Jornal Opção

Publicado às 12h19 · diariodejataí.com.br/?p=20836

Polícia Civil prende três suspeitos de matar homem a tiros em Jataí em 2023; operação Rastro de Onça busca autores de homicídios antigos sem solução na cidade

A Polícia Civil de Goiás prendeu na madrugada de quinta-feira (12) três investigados por um homicídio cometido em Jataí há mais de três anos. A vítima, um homem de 32 anos, foi morta com vários tiros em via pública em 19 de junho de 2023. As prisões foram feitas em Jataí e em Caiapônia, pelo Grupo de Investigação de Homicídios (GIH) da 14ª Delegacia Regional, com apoio da Polícia Militar de Caiapônia.

Além dos mandados de prisão, os policiais cumpriram mandados de busca e apreensão ligados ao inquérito. Segundo a corporação, os três presos teriam participação direta na morte. Os nomes não foram divulgados, e a nota não informa o que foi apreendido.

DISPUTA ENTRE GRUPOS RIVAIS

De acordo com a investigação, o crime faz parte de uma sequência de ataques entre grupos criminosos rivais. Um dos suspeitos teria sido baleado dias antes pelo próprio homem que depois foi morto. A vítima, por sua vez, estaria tentando vingar uma tentativa de homicídio contra um aliado. A polícia descreve o período como "um cenário de sucessivas tentativas de homicídio e homicídios consumados".

CASOS ANTIGOS REABERTOS

A ação integra a Operação Rastro de Onça, criada para identificar e prender autores de homicídios ocorridos em Jataí antes de 2024 que continuavam sem solução. A Polícia Civil não informou quantos inquéritos desse período ainda estão em aberto nem quantas prisões a operação já soma.

Os presos ficam à disposição da Justiça. Eles são investigados, e não condenados: cabe ao Ministério Público decidir se oferece denúncia e ao Judiciário julgar o caso. Como a identidade dos três não foi divulgada, a reportagem não conseguiu localizar as defesas.

Informações que ajudem em investigações de homicídio podem ser passadas de forma anônima pelo telefone 197, da Polícia Civil.

Fonte: Polícia Civil de Goiás

Publicado às 08h28 · diariodejataí.com.br/?p=20790

JUDICIÁRIO

Sozinho, Dino muda por liminar regras da emenda que acabou com a escala 6×1: libera 8h24 por dia sem hora extra e folgas adiadas na safra; prazo de 16 de dezembro fica


O ministro Flávio Dino em sessão do STF, em setembro. Foto: Rosinei Coutinho/STF

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, decidiu sozinho, por liminar, como será aplicada a emenda constitucional que acabou com a escala 6×1. Na quinta-feira (12), ele manteve o início da nova jornada em 16 de dezembro, negando o adiamento pedido pela indústria e pelo comércio, mas autorizou o que o texto aprovado pelo Congresso não previa de forma expressa: jornadas diárias de até 8h24 sem pagamento de hora extra durante a transição e prazos mais longos para compensar folgas em setores como o agropecuário.

O QUE MUDA COM A LIMINAR

A emenda fixou uma etapa intermediária de um ano com jornada semanal de 42 horas e dois dias de descanso, antes da redução a 40

horas. Segundo a Agência Brasil, os empregadores temiam não fechar a tempo os acordos coletivos necessários para adotar as 42 horas e ser obrigados a pular direto para as 40. Dino resolveu o impasse por decisão judicial: as 42 horas poderão ser distribuídas pelos cinco dias de trabalho, o que dá até 8 horas e 24 minutos por dia, e esses 24 minutos não serão pagos como extra, "mesmo que se frustre a negociação coletiva", escreveu.

O ministro também afrouxou as travas da folga. Pelo texto do Congresso, quando o trabalhador não consegue tirar os dois dias de descanso na mesma semana, só um deles pode ser transferido, e para o mesmo mês. A liminar permite que acordo ou convenção coletiva estipule prazos maiores, desde que os dois repousos semanais sejam integralmente compensados. Dino citou como exemplos o comércio e os serviços em épocas de pico, o turismo, o trabalho em embarcações e plataformas e as "atividades agrícolas, condicionadas aos ciclos de plantio e colheita".

JUIZ DE UM LADO, MINISTRO DE LULA DO OUTRO

A decisão é provisória e individual: ainda precisa ser levada ao plenário. E alterou a forma de aplicar uma emenda à Constituição promulgada em outubro. O próprio governo Lula se opôs a esse caminho. Na audiência de conciliação desta semana, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse ser "plenamente possível negociar" e defendeu que não havia necessidade de intervenção do Judiciário na implantação da nova escala, segundo a Agência Brasil.

As confederações patronais, por sua vez, não levaram o que mais queriam. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio (CNC) pediram formalmente mais prazo, com o argumento de que os 60 dias dados pela emenda são insuficientes para negociar convenções, contratar e treinar pessoal. Dino recusou e afirmou que a transição é "decisão política incontornável" do Congresso. As entidades calculam o custo extra da mudança em R$ 88 bilhões, como o Diário de Jataí mostrou.

RECADO AO CONGRESSO

Em outros pontos, o ministro disse que não cabe ao STF decidir e fez um apelo aos parlamentares. Pediu lei para as categorias que já têm jornada reduzida por norma própria, como operadores de telemarketing e jornalistas, e um regime mais brando para micro e pequenas empresas, tratamento favorecido que a Constituição garante. Citou "pequenas padarias, lojas de confecção e utensílios do lar, mercadinhos e quitandas, restaurantes de bairro, oficinas de manutenção".

O QUE SIGNIFICA PARA O SUDOESTE GOIANO

Para a região de Jataí, onde a nova regra chega no meio do plantio da soja e antes da colheita, a parte que interessa é a das folgas. Produtores, cooperativas, armazéns e transportadoras poderão concentrar o trabalho nos períodos críticos e compensar o descanso depois, mas apenas se isso estiver previsto em acordo ou convenção coletiva assinada com o sindicato dos trabalhadores. Sem acordo, vale a trava original: uma folga na própria semana e a outra dentro do mês.

Fonte: Agência Brasil

Publicado às 08h28 · diariodejatai.com.br/?p=20784

SAÚDE

Estudo da UFG com 168 trabalhadores rurais de Goiás encontra alteração no sistema de defesa de quem lida com agrotóxicos; efeito é maior depois dos 51 anos



Trator pulveriza defensivo em lavoura na Alemanha (imagem ilustrativa). Foto: Stefan Thiesen (CC BY-SA 3.0), via Wikimedia Commons

Pesquisadores da Universidade Federal de Goiás (UFG) encontraram, no sangue de trabalhadores rurais expostos a agrotóxicos, níveis mais altos de duas moléculas ligadas ao controle da inflamação no organismo. O estudo analisou 168 trabalhadores de municípios goianos e foi publicado na revista científica International Archives of Occupational and Environmental Health, da editora Springer Nature. A alteração apareceu sobretudo em quem tem 51 anos ou mais e em quem lida com os produtos há mais tempo.

As moléculas se chamam sTREM-1 e sTREM-2. São receptores que participam das respostas de defesa do corpo: o primeiro está mais associado a processos que provocam inflamação e o segundo, aos que a controlam. "É como se tivéssemos na balança dois receptores cujas funções e ativações se contrapõem", explicou ao Jornal Opção o professor Helioswilton Sales-Campos, do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública da UFG, um dos autores principais.

UM POSSÍVEL SINAL DE ALERTA PRECOCE

O objetivo do grupo é saber se essas moléculas podem servir de biomarcadores, isto é, de indicadores medidos em um exame de sangue que apontem cedo que a pessoa foi exposta e em que grau. "A ideia é encontrar alguma estratégia para identificar mais precocemente se essas pessoas foram expostas, quanto foram expostas e se isso pode estar associado a algum nível de toxicidade", disse o pesquisador.

Hoje, segundo ele, o trabalhador rural costuma procurar o médico só quando os sintomas já apareceram. As amostras do estudo foram coletadas ao longo de pelo menos dois anos, em pesquisas com trabalhadores de diferentes municípios do estado; a reportagem do Jornal Opção não informa quais.

O QUE O ESTUDO NÃO PROVA

Os próprios autores pedem cautela. Os dados não permitem dizer que a exposição a agrotóxicos causa esta ou aquela doença. A inflamação prolongada é associada a vários problemas de saúde, inclusive do sistema nervoso, como o Parkinson, mas comprovar essa ligação exige acompanhar os trabalhadores por anos. A idade, por si só, também altera o sistema imunológico, e os dois receptores sofrem influência de outras condições de saúde, lembra a professora Daniela de Melo e Silva, do Instituto de Ciências Biológicas.

O grupo lista as limitações: é preciso ampliar o número de participantes, identificar melhor a quais produtos cada um foi exposto e incluir um grupo de comparação formado por pessoas sem contato com agrotóxicos. A meta é chegar a um método de monitoramento que possa ser usado no SUS. "Queremos que esse

conhecimento não fique dentro dos muros da universidade", afirmou Sales-Campos.

POR QUE INTERESSA AO SUDOESTE GOIANO

Jataí e os municípios vizinhos estão entre os maiores produtores de grãos do país, e a aplicação de defensivos faz parte da rotina de milhares de trabalhadores na safra e na safrinha. Enquanto a ciência não fecha as respostas, vale o que já é regra: usar o equipamento de proteção completo no preparo da calda e na aplicação, respeitar o intervalo de reentrada na lavoura, lavar a roupa de trabalho separada da roupa da família e fazer os exames periódicos previstos nas normas de saúde do trabalho rural.

Em caso de mal-estar depois do contato com o produto, como tontura, náusea, dor de cabeça ou irritação nos olhos e na pele, a orientação é procurar atendimento e levar o rótulo ou a bula. O Disque-Intoxicação, da Anvisa, atende pelo 0800 722 6001.

Com informações de: Jornal Opção

Publicado às 08h28 · diariodejataí.com.br/?p=20800

MEIO AMBIENTE

Chuva de 120 milímetros em dois dias alaga casas em Silvânia; MP dá 90 dias para Prefeitura apresentar projeto de drenagem, e 81 cidades goianas não têm Defesa Civil



Custodiados retiram lama e entulho de rua atingida pela chuva em Silvânia, sob supervisão de policiais penais. Foto: Polícia Penal de Goiás/Divulgação

Mais de 120 milímetros de chuva em menos de 48 horas, segundo a Prefeitura, alagaram casas, derrubaram muros e deixaram ruas cobertas de lama em Silvânia, no Sul de Goiás, nesta semana. O temporal mais forte foi o de quarta-feira (11). O caso expõe um problema que se repete a cada período chuvoso no estado: bairros sem drenagem, medidas provisórias que não resolvem e prefeituras sem estrutura para prevenir desastres.

UM PROBLEMA AVISADO DESDE 2023

No bairro Maria de Lourdes, a água invadiu uma casa inteira, chegou a quase um metro de altura e arrastou o muro dos fundos para o terreno vizinho, de acordo com relato da família ao portal Mais Goiás. Os moradores perderam móveis, plantas e criação. Não foi a primeira vez: a mesma casa já havia sido alagada há cerca de quatro anos, o que motivou uma ação de indenização contra o município, ainda sem pagamento.

O Ministério Público de Goiás confirmou que acompanha o caso desde agosto de 2023, pela 2ª Promotoria de Silvânia. Segundo o órgão, a Prefeitura foi notificada várias vezes e executou medidas provisórias, como valetas, cacimbas e quebra-molas, que as vistorias mostraram ser insuficientes. Em 9 de novembro, dois dias antes do temporal, a Promotoria determinou a expedição de uma recomendação ao prefeito com dois prazos: 30 dias para a manutenção emergencial e a desobstrução dos canais, e 90 dias para a apresentação de um projeto de engenharia que resolva de vez a drenagem, com captação da água da chuva, pavimentação e cronograma. Se não for atendido, o MP diz que pode ir à Justiça, com pedido de multa diária.

O QUE DIZ A PREFEITURA

Em nota ao Mais Goiás, a Prefeitura de Silvânia afirmou que a gestão atual, iniciada em janeiro de 2025, não tinha conhecimento do alagamento anterior; que os locais atingidos foram vistoriados pela Defesa Civil, pelo Corpo de Bombeiros e por equipes de Meio Ambiente e Planejamento; e que as obras de drenagem estão em avaliação, com a participação dos responsáveis pelos loteamentos vizinhos. O município informou ainda que vai enviar à Câmara um projeto de lei para permitir o uso de dinheiro público no apoio emergencial às famílias, com alimentação, limpeza das casas e abrigo.

Na limpeza das ruas, o reforço veio do sistema prisional. A Polícia Penal de Goiás informou que dez custodiados trabalham nos bairros mais afetados na retirada de lama e entulho e na desobstrução de vias, sob supervisão de policiais penais.

UM TERÇO DOS MUNICÍPIOS SEM DEFESA CIVIL

O caso de Silvânia coincide com um levantamento divulgado na quinta-feira (12) pelo Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO): 81 dos 246 municípios goianos não têm Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil instituída. Os dados são da Defesa Civil estadual. Goiás tem 344 áreas de risco mapeadas em 80 municípios, onde vivem 14.241 pessoas em 8.288 moradias, e 58 barragens cadastradas, 40 delas com dano potencial alto.

Sem o órgão, alerta o MPC, o município pode ficar sem responsável designado, sem plano de contingência e sem protocolo de alerta, além de ter dificuldade para pedir verba federal depois de um desastre. O Ministério Público de Contas abriu um procedimento com 25 prefeituras, que terão de responder a um diagnóstico e apresentar planos de ação a partir de janeiro de 2027. A lista dos municípios não foi divulgada.

O período chuvoso segue pelos próximos meses. Em Jataí, a Defesa Civil municipal atende pelo telefone 199, e o Corpo de Bombeiros, pelo 193.

Com informações de: Mais Goiás, Secretaria da Segurança Pública de Goiás e TCM-GO

Publicado às 08h28 · diariodejataí.com.br/?p=20798

ESPORTES

Anapolina faz 6 a 0 no Flugoiânia, assume a ponta do 2º turno do Goianão Feminino e agora depende de Planalto x Vila Nova, no domingo (15), para ir à final



Estádio Jonas Duarte, em Anápolis, casa da Anapolina, em partida do Campeonato Goiano masculino de 2026 (foto de arquivo). Foto: Boaventuravinicius (CC BY 4.0), via Wikimedia Commons

A Anapolina goleou o Flugoiânia por 6 a 0 na quinta-feira (12), no CT Fazendinha, casa do adversário, e assumiu a liderança do segundo turno do Campeonato Goiano Feminino. O time de Anápolis chegou a oito pontos, passou o Planalto na tabela e agora espera o resultado do último jogo da rodada para saber se disputa a final do estadual.

A partida abriu a última rodada do returno. Segundo o portal Mais Goiás, a equipe rubra dominou o jogo do início ao fim e construiu o placar com três gols de Thaylane e um de Mariane, um de Emily e um de Franciane.

AS CONTAS DO TÍTULO

A decisão do turno fica para domingo (15), às 15h30, quando Planalto e Vila Nova se enfrentam no Estádio Aníbal Batista de Toledo, em Aparecida de Goiânia. O regulamento dá o título direto a quem vencer os dois turnos, e o Planalto já ganhou o primeiro. Os cenários são três:

- **Planalto vence:** fica com o segundo turno e é campeão goiano sem necessidade de final.
- **Empate ou vitória simples do Vila Nova:** a Anapolina leva o turno e decide o título contra o Planalto.
- **Vila Nova goleia:** o time da capital precisa tirar uma diferença de oito gols no saldo para ultrapassar a Anapolina e ficar com a vaga na final.

O Flugoiânia terminou o campeonato na última posição dos dois turnos: um empate e três derrotas no primeiro, quatro derrotas no segundo. O Aliança, quinto participante, fechou o returno em quarto lugar, com quatro pontos.

FIM DE SEMANA DECISIVO TAMBÉM NA SÉRIE B

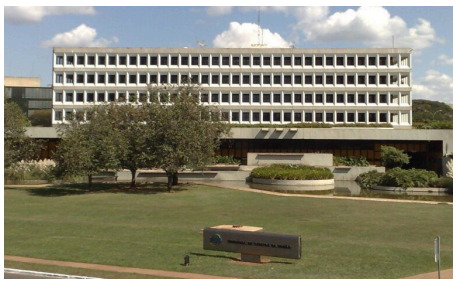
No futebol masculino, o sábado (14) tem a última rodada da Série B do Campeonato Brasileiro, com os três clubes goianos ainda vivos. O Vila Nova enfrenta o Fortaleza e sonha com o acesso direto; o Goiás decide contra o Sport, no Recife, e o Atlético-GO pega o Cuiabá, os dois de olho em vaga nos playoffs, como o Diário de Jataí detalhou na terça-feira (10).

Com informações de: Mais Goiás

Publicado às 08h28 · diariodejatai.com.br/?p=20788

NACIONAL

Obras paradas do PAC caem de 62,7% para 6,8% no painel do TCU sem que a maioria tenha sido retomada: governo Lula contestou o critério, e projetos viraram “cancelados”



Sede do Tribunal de Contas da União, em Brasília. Foto: Borowskki (domínio público), via Wikimedia Commons

A proporção de obras paralisadas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) despencou de 62,7%, em abril de 2025, para 6,8% um ano depois no painel do Tribunal de Contas da União (TCU). A queda, porém, não veio de canteiros reabertos. Segundo reportagem da Folhapress publicada na quarta-feira (11), a maior parte das obras saiu da lista porque mudou de classificação, depois que a Casa Civil do governo Lula questionou a forma como o tribunal contava os empreendimentos interrompidos.

De acordo com a reportagem, o TCU registra hoje cerca de 6 mil obras ativas do PAC e 410 paralisadas. As que estão em andamento somam R$ 66,4 bilhões em investimentos; as paradas, R$ 5,8 bilhões.

COMO A CONTA MUDOU

Duas alterações explicam o novo número. A primeira envolve as obras de saúde e educação incluídas no pacto de retomada criado pelo governo em 2023. Estados e municípios foram chamados a dizer se queriam concluir os projetos parados. Quando o ente não respondeu ou informou que não tinha interesse, os ministérios passaram a registrar a obra como cancelada, e ela deixou de aparecer entre as paralisadas.

A segunda foi o fim do critério dos 90 dias. Pela regra anterior, obra sem boletim de medição por três meses era considerada parada. Em dezembro de 2025, uma portaria do Ministério da Gestão e da Inovação retirou esse critério da regulamentação. O argumento do governo, aceito em parte pelos técnicos do tribunal, é que havia obras em execução que apareciam como interrompidas só porque o sistema não tinha sido atualizado, principalmente em municípios pequenos e em contratos que dependem de vistoria da Caixa.

Técnicos do TCU ouvidos pela Folhapress reconheceram que projetos sem perspectiva de retomada não poderiam ficar indefinidamente no cadastro de obras paradas. A mesma reportagem registra, no entanto, que a redução não significa que os empreendimentos tenham sido retomados no ano eleitoral.

O QUE O NÚMERO NOVO NÃO MOSTRA

Obra reclassificada como cancelada não foi concluída: a creche, a escola ou o posto de saúde não foram entregues, e os recursos já aplicados não resultaram em obra pronta. O painel geral do TCU, que inclui obras fora do PAC, dá a dimensão do problema. Na base de abril de 2026, o tribunal contava 4.215 obras paralisadas entre 22.414 pagas com recursos federais, segundo levantamento publicado pela Gazeta do Povo em agosto. Mais de 3 mil delas já estavam paradas um ano antes, a maioria na educação (1.861) e na saúde (671).

O mesmo levantamento mostra que, entre agosto de 2022 e abril de 2025, com o critério antigo, o estoque de obras paradas tinha subido de 8.674 para 11.469, alta de

32% nos primeiros anos do atual mandato. O próprio tribunal recomenda cautela ao comparar os períodos, porque a carteira e as bases de dados mudaram.

Segundo a reportagem, a revisão também deixou à mostra outro problema: o governo federal não tem um cadastro único e atualizado das obras que financia. O TCU monta o painel juntando dados de sistemas diferentes de ministérios e órgãos executores, o que produz um retrato de uma data, e não o acompanhamento em tempo real. Tribunal e governo discutem agora a criação desse cadastro, com cronograma, medições e pagamentos de cada obra.

O QUE DIZ O GOVERNO

O governo sustenta que a contagem anterior inflava o número com obras que não estavam paradas e com projetos que estados e municípios abandonaram. No início de novembro, a Advocacia-Geral da União, a Controladoria-Geral da União, o Ministério da Gestão e a Caixa aderiram ao Programa Destrava, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça, criado para buscar acordos que permitam retomar obras travadas por impasses judiciais e administrativos.

EM GOIÁS

Goiás tem exemplo recente de obra federal que não anda. A Casa da Mulher Brasileira de Goiânia, parada há mais de um ano, teve nesta semana o segundo anúncio de retomada, como o Diário de Jataí mostrou na quinta-feira (12). No Sudoeste goiano, a duplicação da BR-364/060 entre Jataí e Rondonópolis foi discutida em audiência pública e segue sem data para começar.

Com informações de: Folhapress, em O Tempo

Publicado às 12h19 · diariodejatai.com.br/?p=20834

Governo federal demora oito dias para avisar que hackers acessaram dados do Tesouro; na Caixa Vida e Previdência, vazamento atinge 7,6 milhões de clientes

Duas estruturas ligadas ao governo federal admitiram na quinta-feira (12) que tiveram dados pessoais copiados por invasores. A Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, informou que detectou o acesso indevido em 4 de novembro e só tornou o caso público oito dias depois, à noite. A Caixa Seguridade comunicou ao mercado que um ataque em 6 de novembro expôs os dados dos 7,6 milhões de clientes ativos da Caixa Vida e Previdência, além de ex-clientes.

TESOURO: 30 MIL CADASTROS E 4 MIL CHAVES PIX

No Tesouro, segundo a Agência Brasil, foram atingidas duas bases. A primeira reúne cerca de 30 mil cadastros do portal e-Serviços, com nome, CPF e e-mail de quem pede ou acompanha serviços do órgão. A segunda é uma base interna de consultas que continha aproximadamente 4 mil chaves Pix de pessoas e empresas que recebem pagamentos do governo, junto com informações das transações.

Em nota, o Tesouro afirmou que o incidente não causou prejuízo financeiro nem comprometeu seus sistemas principais, que o acesso foi contido e que o monitoramento foi reforçado. Sobre o intervalo entre a descoberta e o aviso, disse que a comunicação pública ocorreu "após o período necessário" para confirmar o incidente, investigar e adotar medidas de contenção. O caso foi comunicado à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e ao centro de resposta a incidentes cibernéticos do governo.

CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA: TODOS OS CLIENTES ATIVOS

Na subsidiária da Caixa Seguridade, o volume é muito maior. Foram copiados CPFs, endereços, telefones, e-mails e datas de nascimento de toda a base ativa, de 7,6 milhões de pessoas, e também de ex-clientes, cujo número não foi informado. O ataque ocorreu em 6 de novembro; a notificação à ANPD e aos titulares foi feita no dia 11, e o comunicado ao mercado, no dia 12. A empresa disse que os clientes estão sendo avisados, com orientações de proteção, e que criou um e-mail para tirar dúvidas.

O QUE A LEI EXIGE

A Lei Geral de Proteção de Dados obriga quem guarda as informações a avisar a ANPD e os titulares quando um incidente pode causar risco ou dano relevante. O regulamento da autoridade fixa prazo de três dias úteis, contados do momento em que o responsável toma conhecimento do problema. No caso do Tesouro, entre a detecção, numa quarta-feira, e o aviso público passaram seis dias úteis; o órgão não informou em que data notificou a ANPD. Nenhum dos dois comunicados aponta a origem do ataque nem diz se houve pedido de resgate.

RISCO É O GOLPE SOB MEDIDA

Senhas e saldos não aparecem na lista do que vazou. O perigo é outro: com nome, CPF, telefone, data de nascimento e a informação de que a pessoa tem previdência na Caixa ou recebe do governo, o golpista consegue montar uma abordagem convincente. O próprio Tesouro alertou que os dados podem ser usados para dar aparência legítima a mensagens e ligações.

- Desconfie de contato que cite seus dados e peça senha, código recebido por SMS ou pagamento para "liberar" valores.
- Banco e órgão público não pedem transferência nem Pix para regularizar cadastro.
- Não clique em link recebido por mensagem; entre no aplicativo ou digite o endereço do site.
- Quem tem dúvida sobre o caso do Tesouro pode usar o canal Fala.BR (falabr.cgu.gov.br).

Fonte: Agência Brasil (Caixa Seguridade)

Publicado às 08h28 · diariodejatai.com.br/?p=20782

INTERNACIONAL

Outlook, Teams e Copilot ficam mais de 12 horas fora do ar em vários países; falha da Microsoft atinge governos, bolsas e companhias aéreas, e corretora volta ao fax



Prédio 92 do campus da Microsoft em Redmond, nos Estados Unidos. Foto: Jiaqian AirplaneFan (CC BY 3.0), via Wikimedia Commons

Uma falha nos servidores da Microsoft derrubou o e-mail Outlook, a plataforma de reuniões Teams e o assistente de inteligência artificial Copilot em vários países e já durava mais de 12 horas na manhã desta sexta-feira (13). A empresa atribuiu a interrupção a problemas em seus servidores, disse não ter indício de ataque e informou que os serviços davam sinais de estabilização depois de uma correção aplicada de forma mais ampla.

As informações são da agência Reuters, reproduzidas pela Agência Brasil. É uma das piores panes da história recente da companhia, cujos programas de escritório são usados por empresas, escolas, prefeituras e órgãos públicos no mundo inteiro, inclusive no Brasil. Quem depende do pacote Microsoft 365 para trabalhar pode ter enfrentado mensagens que não chegam, reuniões que não abrem e lentidão.

DE GOVERNOS A COMPANHIAS AÉREAS

A interrupção afetou órgãos governamentais na Austrália, no Japão e nos Estados Unidos. Na Europa, a operadora de bolsas Euronext relatou dificuldades de comunicação por e-mail em suas equipes, e a seguradora britânica Aviva acionou planos de contingência para as teleconferências de divulgação de resultados. A dinamarquesa Maersk, de transporte marítimo, avisou clientes sobre atrasos em e-mails e atualizações. Na Índia, as companhias aéreas IndiGo, Akasa Air e Air India informaram que o atendimento por e-mail foi prejudicado.

O efeito chegou ao mercado financeiro. Em Taiwan, a falha atrapalhou a gestão de fundos em corretoras, seguradoras e gestoras; segundo fontes ouvidas pela Reuters, uma empresa cancelou uma operação de recompra de títulos e outra recorreu ao fax para confirmar negócios. Nos Estados Unidos, a fabricante de caminhões elétricos Workhorse adiou para o dia 16 a divulgação de seu balanço, e a suíça Richemont atrasou o anúncio dos resultados do semestre. Empresas de inteligência artificial que se conectam aos serviços da Microsoft também relataram problemas.

TERCEIRA FALHA EM POUCO MAIS DE UM ANO

Não é um caso isolado. De acordo com a Reuters, esta é a segunda interrupção do Microsoft 365 em 2026, depois de uma em janeiro, e houve outra em outubro do ano passado. No mês passado, a empresa registrou ainda uma pane na plataforma de nuvem Azure, que hospeda sistemas de companhias de vários setores.

Para um analista ouvido pela agência, os investidores tendem a relevar o episódio no curto prazo porque poucos clientes conseguem abandonar o ecossistema da Microsoft de uma hora para outra. É justamente essa dependência que a pane expõe: quando o e-mail, a agenda, as reuniões e os arquivos ficam no mesmo fornecedor, uma falha única paralisa tudo ao mesmo tempo.

O QUE FAZER SE O SERVIÇO NÃO VOLTAR

- Consulte a página oficial de status da Microsoft (status.cloud.microsoft) antes de reinstalar programas ou trocar senhas: o problema não está no seu computador.
- Desconfie de e-mails e mensagens que usem a pane como pretexto para pedir login e senha; falhas grandes costumam ser aproveitadas por golpistas.
- Para compromissos urgentes, combine por telefone um canal alternativo e guarde cópia local dos documentos de que vai precisar.

Com informações de: Agência Brasil

Publicado às 08h28 · diariodejatai.com.br/?p=20786

VARIEDADES

Tomate vira “carga de valor” em Goiás: mercearia de Anápolis recebe caixa com “escolta armada” de brincadeira depois de preço bater

recorde de R$ 380 na Ceasa



Tomates à venda em banca de feira (imagem ilustrativa). Foto: TopmanJnr1 (CC BY-SA 4.0), via Wikimedia Commons

O tomate ficou tão caro em Goiás que virou piada de segurança patrimonial. Em Sousânia, distrito de Anápolis, uma mercearia gravou a chegada de uma caixa do produto com direito a “escolta armada”: dois homens de óculos escuros, com placas de papelão penduradas no peito, acompanham o carrinho de supermercado até a porta do comércio como se ali dentro houvesse um carregamento de joias. O vídeo circula nas redes sociais desde esta semana.

A encenação, relatada pelo portal Mais Goiás, tem todos os elementos do gênero: a caminhonete parada perto, os “seguranças” atentos ao redor, a mercadoria conduzida com cuidado. Nenhuma arma de verdade aparece; a escolta é só de cartolina.

A PIADA TEM BASE

Na terça-feira (10), a caixa de 22 quilos de tomate foi vendida a R$ 380 na Central de Abastecimento de Goiás (Ceasa), em Goiânia. Segundo o diretor da central, Josué Lopes Siqueira, é a maior cotação em 51 anos de funcionamento. A conta dá R$ 17,27 por quilo, ainda no atacado. Em mercados e feiras da capital, o quilo já foi visto a R$ 25, com variação conforme o ponto de venda e a qualidade.

No fim de outubro, quando o quilo chegava a R$ 15 nas feiras, o Diário de Jataí já havia mostrado o motivo: a chuva derrubou a produção em outros estados, e compradores de São Paulo, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul passaram a buscar o tomate goiano. As chuvas daqui também atrapalharam a colheita. Com menos produto e mais gente querendo, o preço disparou.

QUASE O DOBRO EM DEZ MESES

Os números oficiais confirmam a sensação do caixa. Pelo IPCA de outubro, divulgado pelo IBGE na quinta-feira (12), o tomate subiu 15,35% em um mês em Goiânia e acumula alta de 89,09% no ano. Só a cebola subiu mais na capital: 18,89% no mês e 105,55% desde janeiro. No país, o tomate aumentou 19,57% em outubro.

O diretor da Ceasa diz que os comerciantes continuam comprando, mas em quantidade menor, e que a queda do preço depende da recuperação das lavouras nos próximos meses. Até lá, quem cozinha se vira com o que tem: molho pronto, tomate em lata e a salada da estação. E, para quem ainda encontra uma caixa, a escolta fica por conta do freguês.

Com informações de: Mais Goiás

Publicado às 08h28 · diariodejatai.com.br/?p=20802

ENTRETERIMENTO

Zeca Baleiro e Mumuzinho fazem shows gratuitos em Pirenópolis e na Cidade de Goiás no Circuito Rota Gastronômica, que tem aulas de chefs e feira de produtores



Rua Direita, no centro histórico de Pirenópolis. Foto: Fronteira (CC BY-SA 4.0), via Wikimedia Commons

Duas das principais cidades históricas de Goiás recebem neste mês a primeira edição do Circuito Rota Gastronômica, com quatro dias de programação gratuita em cada uma. Pirenópolis abre a etapa final de 19 a 22 de novembro, na Avenida Beira Rio; a Cidade de Goiás vem em seguida, de 26 a 29, na Praça de Eventos Dr. Boadyr Veloso. Entre as atrações musicais estão Zeca Baleiro e Mumuzinho.

Segundo o Jornal Opção, a programação reúne feira de produtores locais, aulas-show, degustações e apresentações culturais. A cozinha fica por conta de chefs convidados, entre eles Adílio Gomes, Emiliana Azambuja, Jimmy Ogro, Lucas Corazza, Humberto Marra, Marco Túlio Abras e Marcos Livi, além do sommelier Honorato.

COMO PARTICIPAR

- **Shows e feira:** entrada gratuita.
- **Aulas-show e experiências gastronômicas:** a inscrição é feita com a doação de 1 quilo de alimento não perecível.
- **Programação completa e horários:** nos perfis @rotagastronomicadegoias e @senacgoias, no Instagram.

QUEM TOCA

Além de Zeca Baleiro e Mumuzinho, estão previstos shows de Grace Carvalho, Diego Mendes, Bello e Mariano, Pádua e da banda Tripop. Os DJs Múcio, Cássia, Bruno Caveira e Thiago Jesus completam a agenda. A divisão dos artistas por cidade e por dia não foi detalhada na divulgação; vale conferir antes de pegar a estrada.

CIRCUITO PASSOU POR RIO VERDE

O circuito começou em agosto e já esteve em Rio Verde, no Sudoeste goiano, em Cavalcante, Alto Paraíso de Goiás e Trindade. É apresentado pelo Senac e realizado pelo Sindtur Goiás, pelo Instituto Somares e pelo Sistema Fecomércio, com recursos do Ministério do Turismo e apoio das prefeituras das duas cidades. O presidente do Sistema Fecomércio Sesc Senac Goiás, Marcelo Baiocchi Carneiro, diz que a proposta é ligar a gastronomia regional ao turismo e ao movimento da economia dos municípios.

Para quem sai de Jataí, as duas etapas pedem planejamento de fim de semana: são viagens longas, e a procura por hospedagem nas duas cidades costuma crescer em datas de evento.

Com informações de: Jornal Opção

Publicado às 08h28 · diariodejatai.com.br/?p=20796

DIVERSOS

Lar de idosos de Luziânia fica com energia pela metade desde domingo, perde insulina e comida e pode ficar sem água; coordenação pede gerador à Equatorial



Amanhecer em Luziânia, no Entorno do Distrito Federal. Foto: Arley Cruzper (CC BY-SA 4.0), via Wikimedia Commons

A Casa do Idoso Amor à Vida, em Luziânia, no Entorno do Distrito Federal, enfrenta desde domingo (8) falhas seguidas no fornecimento de energia elétrica. A instituição, que abriga idosos em situação de vulnerabilidade, já perdeu alimentos e doses de insulina que dependiam de geladeira e corre o risco de ficar sem água. A coordenação decidiu tornar o caso público e pede uma solução urgente.

Segundo o portal O Cerradão, a rede que atende o abrigo está funcionando com apenas uma das três fases, o que não basta para manter os equipamentos essenciais

ligados. As oscilações estragaram estoques de proteínas e as doses de insulina, medicamento que perde a eficácia se não for conservado na temperatura certa.

BOMBA DO POÇO PAROU

O problema chegou ao abastecimento de água. A bomba do poço artesiano, que enche a caixa d'água da casa, parou de funcionar por falta de energia suficiente. Sem ela, ficam ameaçados o consumo, o preparo das refeições e a limpeza dos ambientes.

A coordenação aponta como causa provável a falta de poda das árvores próximas à rede: com chuva e vento, os galhos encostam nos cabos e provocam curtos e oscilações. A instituição afirma ter procurado repetidas vezes a Equatorial Energia, concessionária responsável pela distribuição em Goiás, além da Prefeitura de Luziânia, e ter pedido um gerador de emergência até o conserto definitivo. De acordo com a direção, o pedido não havia sido atendido até a publicação da reportagem, na quinta-feira (12).

"Trata-se de uma situação de extrema emergência. Acolhemos idosos vulneráveis que dependem exclusivamente da nossa estrutura para sobreviver. Pedimos socorro em nome de todos os residentes do lar", afirmou Marcela Rodrigues, integrante da coordenação. O abrigo cobra o restabelecimento da energia trifásica e a poda preventiva das árvores.

A reportagem do O Cerradão não traz manifestação da Equatorial nem da Prefeitura de Luziânia sobre o caso.

O QUE O CONSUMIDOR PODE EXIGIR

A situação vale de alerta para instituições e famílias de qualquer cidade atendida pela concessionária, inclusive Jataí. As regras da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) fixam prazos para o restabelecimento do serviço e garantem o direito de pedir ressarcimento por aparelhos queimados em oscilações da rede. Quem depende de equipamento elétrico para sobreviver, ou mantém serviço essencial, deve informar essa condição à distribuidora para constar no cadastro da unidade.

- Registre toda reclamação na Equatorial (telefone 0800 062 0196) e anote o número do protocolo.
- Sem resposta, leve o protocolo à ouvidoria da empresa e, depois, à Aneel, pelo telefone 167.
- Fotografe alimentos e medicamentos perdidos e guarde notas fiscais: servem de prova em pedido de ressarcimento ou no Procon.

Fonte: O Cerradão

Publicado às 08h28 · diariodejatai.com.br/?p=20804

PUBLICAÇÕES LEGAIS E EDITAIS

Editais, avisos de licença ambiental, convocações e notificações veiculados no Diário de Jataí em novembro de 2026, até 13/11/2026, reproduzidos na íntegra.

PUBLICADAS EM 05/11/2026

INDUSTRIA E COMERCIO DE FUMOS JATAI LTDA FUMOS JATAI

CPF/CNPJ: 01.693.647/0001-09

Torna público que RECEBEU junto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a Licença Ambiental de Operação Renovação, nº 030/2026, válida até 04/11/2034. Para atividade de: C2.1 – Processamento e fabricação de cigarros, cigarrinhas, charutos e assemelhados. No endereço: Avenida Miguel Gonçalves da Silva, Qd. 18, Lt. 16, nº 409, Vila Sofia, Jataí – GO.

FOI DETERMINADO O CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NAS NORMAS E INSTRUÇÕES DE LICENCIAMENTO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE.

Publicado e Registrado em 5 de novembro de 2026.

LICENÇA AMBIENTAL ASSOCIACAO LAR SAO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDENCIA DE DEUS HOSPITAL PADRE TIAGO NA PROVIDENCIA DE DEUS

CNPJ: 53.221.255/0053-71

Torna público que REQUEREU junto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, o Registro Ambiental Corretivo, para atividade de: Atendimento hospitalar, pronto-socorro e atendimento a urgências além de serviços de tomografia e quimioterapia. Localizado na Rua Castro Alves, 686, Centro – Jataí/GO

FOI DETERMINADO O CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NAS NORMAS E INSTRUÇÕES DE LICENCIAMENTO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO.

Publicado e Registrado em 5 de novembro de 2026.

PUBLICADAS EM 11/11/2026

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA BOM SUCESSO — COOPBOMSU CNPJ Nº 66.853.368/0001-00 • NIRE 52400038792

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA BOM SUCESSO — COOPBOMSU

CNPJ nº 66.853.368/0001-00 • NIRE 52400038792

Sede: Rodovia BR 060, Km 504, s/n, Quadra AREA, Anexo I, Lote 0AR4, Bairro Área Rural de Jataí, Jataí — GO, CEP 75.809-899

CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 41, inciso I, do Estatuto Social

Aos Senhores Membros do Conselho de Administração,

O Presidente do Conselho de Administração da COOPERATIVA AGROPECUÁRIA BOM SUCESSO — COOPBOMSU, no uso da atribuição que lhe confere o art. 41, inciso I, do Estatuto Social, CONVOCA os membros do Conselho de Administração para REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA a realizar-se na sede social da Cooperativa, situada na Rodovia BR 060, Km 504, s/n, Quadra AREA, Anexo I, Lote 0AR4, Bairro Área Rural de Jataí, Jataí — GO, CEP 75.809-899, no dia 25 de novembro de 2026, às 09h00, para deliberar sobre a seguinte

ORDEM DO DIA:

1. Deliberação sobre proposta de reforma do art. 1º, § 8º, do Estatuto Social, para alteração do endereço da filial da Cooperativa no Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº 66.853.368/0002-91 e no NIRE 5192008357-1, a ser submetida à Assembleia Geral Extraordinária, na forma do art. 43, inciso XIII, do Estatuto Social;

2. Deliberação sobre a convocação de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente para a reforma do Estatuto Social, na forma do art. 43, inciso XIV, e do art. 68 do Estatuto Social;

3. Aprovação do texto do Edital de Convocação e definição da forma de convocação dos cooperados, na forma do art. 27 e do art. 27, § 2º, do Estatuto Social.

A matéria do item 1 decorre da transferência da filial para imóvel rural dotado de estrutura compatível com a recepção da produção dos cooperados, cujo novo endereço — Rodovia MT-100, Km 59, s/n, Sala 0002, Bairro Zona Rural, Alto Taquari — Mato Grosso, CEP 78.785-000 — teve a consulta prévia de viabilidade DEFERIDA pela Prefeitura Municipal de Alto Taquari — MT em 09/11/2026, sob o protocolo nº MTP2600277897, com validade até 03/02/2027.

Informa-se que a alteração não se insere na competência deste Conselho, pois o art. 43, inciso XX, do Estatuto Social lhe confere apenas a aprovação da criação e da extinção de filiais, e o endereço da filial integra o texto do art. 1º, § 8º, do Estatuto Social, cuja reforma é de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do art. 37, inciso I, e do art. 68, exigindo os votos de 2/3 (dois terços) dos cooperados presentes. Cabe a este Conselho, portanto, propor a reforma e convocar a Assembleia.

Seguem anexos a esta convocação, para exame prévio, a proposta de nova redação do art. 1º, § 8º, a minuta do Estatuto Social consolidado e o relatório da consulta prévia de viabilidade nº MTP2600277897.

Nos termos do art. 41, inciso II, do Estatuto Social, o Conselho delibera validamente com a presença da maioria de seus membros.

Jataí — GO, 11 de novembro de 2026.

VICTOR CEZAR PRIORI

Presidente do Conselho de Administração

CPF nº 148.305.829-87

PUBLICADAS EM 12/11/2026

AGRICULTURA REGENERATIVA JATAÍ LTDA SUSTAIN AGRO

CPF/CNPJ: 52.942.918/0001-53

Torna público que RECEBEU junto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a Licença Ambiental de Corretiva, nº033/2026, válida até 11/11/2032. Para atividade de: E3.8 – Armazenamento e distribuição em geral (medicamentos, perfumaria, vestuário, alimentos, bebidas e defensivos agrícolas). No endereço: Avenida Sebastião Herculano de Souza, Qd. 01, Lt. 01, nº 3829, Setor Cordeiro, Jataí – GO

FOI DETERMINADO O CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NAS NORMAS E INSTRUÇÕES DE LICENCIAMENTO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE.

Publicado e Registrado em 12 de novembro de 2026.

Diário de Jataí · Jornal on-line de Jataí (GO) · diariodejatai.com.br

Edição de sexta-feira, 13 de novembro de 2026: 21 matérias publicadas no dia, na íntegra, e 4 publicações legais do mês. O endereço curto no fim de cada matéria leva à versão do site, com as fontes e os links.

Gerada em 16/11/2026.